

Espaço doméstico e poder – a decisão conjugal sobre o consumo³¹

Catarina Delaunay

Introdução

Pretendemos com este estudo articular a questão do género e do poder doméstico ao nível do casal a partir de uma análise, em profundidade, das práticas mais íntimas do quotidiano familiar (na linha de abordagem defendida por Jean-Claude Kaufmann),³² designadamente da decisão sobre o consumo e da gestão e controlo do dinheiro.

Na verdade, a sociedade ocidental actual caracteriza-se por uma propensão para uma especialização e investimento no consumo, o qual assume, de forma crescente, um papel preponderante na vivência quotidiana das famílias. A escolha e decisão no seio do casal são extremamente importantes, tanto mais que ele próprio tem início com uma decisão significativa: a escolha do cônjuge.

Tratou-se de revelar até que ponto as diferentes concepções acerca das identidades de género masculina e feminina condicionam o modo como são repartidas as tarefas e atribuídas as responsabilidades ou se, pelo contrário, os princípios da divisão do trabalho no casal se encontram agora mais fundamentados em competências específicas e já não no sexo de pertença dos sujeitos.

Tentámos ainda contrariar uma certa tendência homogeneizadora e simplificada quanto aos resultados do actual processo de globalização, procurando salientar até que ponto a realidade é complexa e multidimensional. Partimos, assim, do pressuposto de que, ao invés de um só modelo, coexiste, na população portuguesa, uma variedade de ideais e valores no âmbito da conjugalidade moderna, ao nível das classes médias urbanas.

Objectivos e contexto

Face ao nosso objecto de estudo, procurámos, em primeiro lugar, estabelecer uma divisão de domínios de competência em termos de decisão relativamente a uma lista pré-definida de produtos e serviços de consumo (ligados ao corpo e ao consumo cultural), i.e. saber se era a mulher, o homem ou ambos a decidir e escolher.

De igual modo, procurámos definir os papéis conjugais nos vários estágios do processo de decisão (desde a detecção da necessidade até à aquisição) sobre 4 áreas de consumo: os produtos alimentares, a mobília, as férias e o/s carro/s. Relativamente a este último produto analisámos também os critérios

³¹ O artigo que se apresenta foi retirado da Tese de Mestrado defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sobre o tema “O enredo conjugal – uma viagem à realidade quotidiana do consumo”. Esta é uma versão reduzida e simplificada do texto que foi publicado na íntegra na *Vértice*, n.º 108, Novembro/Dezembro (2002): 5-17.

³² O sociólogo francês realizou um estudo do casal a partir da análise da gestão das tarefas domésticas relacionadas com a roupa. Vide Jean-Claude Kaufmann (1992).

de repartição do seu usufruto pelos vários membros do agregado familiar, o que se prende com a definição de estatutos e os critérios de diferenciação.

Tentámos ainda determinar quais os produtos e/ou serviços cuja compra costumasse ser mais debatida ou levar mais tempo a decidir e o porquê, mas também quais os estágios do processo de decisão mais geradores de impasse, as razões e as técnicas de resolução dessas situações de menor consenso.

Quanto ao nível comunicacional entre os cônjuges, detivemo-nos na questão da detecção e satisfação das necessidades de consumo e nos casos em que as decisões de compra são tomadas sem a consulta prévia do outro.

Finalmente, houve que considerar o aspecto fulcral do dinheiro no contexto conjugal, desde o acordo pré-nupcial até ao modo como são geridos os excedentes, passando pela determinação dos fluxos monetários (de onde provém os dinheiros e que tipo de despesas se destinam a pagar).³³

Utilizámos dois instrumentos metodológicos de observação: questionário fechado de identificação e origem pessoal e sócio-profissional; e entrevista semi-estruturada, em profundidade, com questões abertas (investigação exploratória e qualitativa). A unidade de análise e comparação foi o casal heterossexual, em duas fracções profissionais da classe média tradicional: *a pequena burguesia independente e proprietária* (possuidora de pequenas lojas de comércio) e *a pequena burguesia técnica e de enquadramento* (professores universitários).³⁴ A investigação realizou-se de forma exploratória e com um ênfase qualitativo, focando-se a análise num grupo pouco numeroso (33 casais).

Optámos por entrevistar o casal em conjunto por forma a poder controlar a coincidência ou não das respostas e determinar os temas mais susceptíveis de causar um certo mal-estar e fricção na relação quotidiana.

Resultados

As estruturas familiares encontram-se profundamente interrelacionadas com as estruturas económicas. Um exemplo disso são os aspectos de carácter patrimonial do casamento, designadamente o estatuto jurídico e económico dos bens do casal. A escolha do regime de comunhão de adquiridos acabou por ser a mais citada neste estudo, não só por ser o geral (“normal”), mas também por ser o “mais correcto”, o que nos remete para um discurso em termos normativos. No entanto, a escolha do tipo de regime não é discutido previamente entre os cônjuges e muitos dos nossos entrevistados só se colocaram perante essa opção no momento de assinar os papéis.

Os sistemas de organização das finanças reflectem, em grande parte, posições ideológicas distintas face ao casamento. Os três sistemas detectados nesta pesquisa que, cremos, melhor ilustram as tendências ou padrões mais marcantes, em termos de gestão do dinheiro no casal, foram os seguintes:

³³ Cf. Jan Pahl.

³⁴ Cf. Tipologia das classes e fracções de classe proposta por João Ferreira de Almeida (1990a: 132). O autor e a sua equipa apresentam uma concepção multidimensional das estruturas de classe, tendo em conta vários tipos de recursos, desde económicos (rendimento) até qualificacionais (nível de instrução e estatuto profissional), mas sempre dando ênfase à questão da mudança.

1. Tipo de economia de grandeza colectivizada – a administração financeira doméstica é feita a partir de um fundo comum.

1.1 De Gestão Partilhada – As decisões são tomadas em conjunto pelo casal e existe uma gestão partilhada dos dinheiros comuns.

1.2 De Orientação Delegada – Apesar das contas serem conjuntas e de ambos os cônjuges contribuírem com os seus rendimentos para um fundo económico comum, um deles assume a orientação do orçamento familiar e toma as decisões mais importantes em termos de finanças, de acordo com critérios de competência (de quem fica responsável) *versus* desinteresse (de quem delega). Existe assim uma divisão de competências – que é negociada – baseada em critérios de eficiência em termos de funcionamento do casal.

1.2.1 Matrifocal – A administração do sistema de rendimentos é assumida unicamente pela mulher.

1.2.2 Patrifocal – A administração do sistema de rendimentos é assumida unicamente pelo marido

2. Tipo de economia de grandeza mista

2.1 Contas Comunicantes – Apesar de as contas serem separadas – o que se prende com o facto de ser aí que são depositados cada um dos ordenados – ambos os cônjuges têm possibilidade de aceder à conta do outro, tendo inclusive o seu nome. Ao fim e ao cabo são duas contas solidárias em que apenas difere o primeiro titular, não havendo ninguém com o controlo absoluto sobre a sua gestão.

2.2 Contas Tripartidas – Existe uma conta comum de onde são pagas as despesas e, inclusive, as compras pessoais, mas cada cônjuge tem também contas separadas por razões de liberdade e de diferença de opções de investimento do dinheiro das poupanças. Cada um deposita sistematicamente quantias equivalentes nessa conta conjunta à ordem e retira desse bolo o que precisa para as despesas domésticas diárias, sem precisar de consultar o outro cônjuge acerca do assunto. No entanto, também pode ocorrer a situação em que um dos cônjuges assume o encargo de contribuir e assegurar que essa conta comum nunca fique a zeros, em virtude de usufruir de maiores níveis de rendimento pessoal.

3. Tipo de economia de grandeza individualizada – A separação em termos financeiros é completa, mantendo cada um contas individuais e a responsabilidade por determinados itens de despesa é assumida independentemente por cada um dos cônjuges, com base nos seus ganhos pessoais, segundo uma divisão preestabelecida.

Na maioria dos casos em que a gestão dos dinheiros é independente, cada um dos cônjuges não tem acesso à conta do outro, ou se o tem, pelo menos, não se espera que o faça. Por uma questão de ética, é referida a necessidade de respeitar a privacidade de cada um, não obstante a possibilidade de se recorrer ao outro em situações de emergência.

A questão da partilha ou separação dos dinheiros dos cônjuges pode estar dependente de se tratar ou não de uma primeira relação. Assim, segundo alguns dos entrevistados, numa primeira relação é mais fácil haver uma partilha de um bolo único, enquanto que numa 2.^a ou 3.^a relação já existem acor-

dos anteriores que têm de ser cumpridos (sobretudo os encargos relativamente aos filhos) e que tornam mais difícil, ou até mesmo insustentável, essa comunhão. A gestão independente parece estar associada sobretudo às situações de união de facto, embora o reduzido número de casos abrangido nas nossas entrevistas, comparativamente aos casamentos, não aconselhe que se retire este tipo de conclusões.

Ao nível do controlo do dinheiro no casal e no âmbito do pagamento das contas domésticas maiores, surgiram quatro situações: os casais em que são os maridos os responsáveis por todos ou pela maioria dos pagamentos; os casos em que essa responsabilidade recai maioritariamente na mulher; as situações em que as contas são repartidas, segundo as possibilidades de cada um dos cônjuges ou em partes de valor equivalente; e ainda os casos em que as despesas são suportadas pelo fundo económico comum, onde cada um deposita os seus rendimentos. Existem ainda casos em que o marido atribui, por transferência bancária ou directamente, um determinado montante à mulher para pagar a alimentação e outras despesas diárias ligadas à gestão e manutenção do lar.

Em termos de destino do dinheiro ganho por cada um dos cônjuges que entra no agregado familiar, encontramos, neste estudo, duas posições ideológicas marcadamente opostas, que correspondem as duas concepções distintas do casamento. Numa delas concebe-se a vida conjugal como uma completa partilha que abrange também os aspectos monetários. Pelo contrário, existe outro posicionamento individualista que se assume como acérrimo defensor da liberdade, privacidade e independência de cada um dos cônjuges, sobretudo ao nível da dimensão económica. Em suma, a oposição estabelece-se entre uma lógica individualizante e uma lógica colectivizadora, embora a maioria dos casais analisados caia nos “tipos-ideais” intermédios, isto é, naqueles casos em que há duas contas comunicantes ou em que, para além das contas individuais, existe uma 3.^a conta comum.

Em termos de padrões de despesa, quando existe uma estruturação das áreas, na maioria dos casais com contas separadas, a mulher fica responsável pelo pagamento da alimentação diária, das roupas (dela própria e dos filhos), da escola das crianças e da empregada doméstica, enquanto que as despesas do carro, a renda ou contribuição para a casa, as despesas de hipermercado, as contas do gás, electricidade, telefone, água, TV Cabo e a aquisição de mobília ficam a cargo do marido, bem como o seu vestuário. Esta divisão por áreas acontece espontaneamente, sem discussão prévia e traduz a visão tradicional segundo a qual a mulher se encontra associada à esfera privada (lar) e o homem à esfera pública (comunidade).

Em termos de ciclo de vida da família é de salientar que, com o passar dos anos, a gestão financeira tende a tornar-se flexível. O início da vida de casados corresponde à fase do ciclo de vida familiar em que o dinheiro é escasso mas as necessidades são muitas e, por conseguinte, existe uma maior preocupação e cuidado com as despesas em matéria de compras. No entanto, à medida que a vida se vai estabilizando e o nível de vida melhorando, o dinheiro deixa de ser uma importante fonte de preocupação. Por outro lado, o facto das despesas domésticas se encontrarem, de certa forma, regularizadas e a falta de disponibilidade, em termos de tempo e mental, desmotivam qualquer tentativa de controlo mais apertado sobre o nível de gastos. Acresce que a

amostra recaiu em fracções de classe em que, na maioria dos casos, ambos os cônjuges se encontravam empregados e, por conseguinte, relativamente desafogados em termos económicos (relativa margem de manobra).

Os produtos e serviços cuja compra costuma ser mais debatida ou levar mais tempo a decidir e a chegar a um consenso prendem-se assim com a maior quantidade de dinheiro a despende ou com o facto de poderem alterar o estilo ou o nível de vida da família.

No nosso estudo, pudemos ainda determinar os *papéis individuais nas compras familiares*³⁵ consoante os vários estágios do processo (desde a detecção da necessidade até à aquisição efectiva e usufruto) a partir de 4 áreas de consumo: alimentação, mobiliário, férias e automóvel.

Alimentação: A escolha dos itens a comprar cabe quase exclusivamente à mulher porque é ela quem planifica e confecciona as refeições, o que não exclui a possibilidade dos maridos poderem dar o seu contributo, quer em termos de sugestões de ementa quer ao nível da compra de parte ou da totalidade dos produtos necessários para a sua confecção. Os aspectos financeiros da compra constituem sobretudo uma preocupação masculina.

Mobiliário: São as mulheres que decidem a altura em que é necessário adquirir novas peças e quais as características que elas devem preencher. Embora os maridos possam acompanhar as companheiras no processo de selecção e aquisição, são estas últimas que, na maioria das vezes, detectam a falta e escolhem em termos estéticos (cores, estilos e materiais). Em termos de “plafonds” monetários, são os homens que se encarregam de estabelecer limites.

Férias: A ideia de as tirar e a decisão da altura para as desfrutar parte mais da mulher, cabendo ao homem a organização de planos e programas de férias e de viagens (designadamente o planeamento dos percursos). Se a sugestão de um destino particular pode provir apenas de um dos membros do casal, a decisão final é partilhada por ambos os cônjuges. A diferenciação de género é marcante quanto a estilos de organização das viagens (dicotomia entre aventura-homens *versus* planificação-mulheres e atitude “maternal” das mulheres *versus* noção mais romantizada de férias – só o casal – própria dos maridos).

Automóvel: O mais frequente nos casais analisados é ser o homem o mais entendido em termos de escolha. A parte estética e de elegância dos veículos em geral fica a cargo das mulheres (escolha da cor exterior, do formato e do padrão dos estofos), por oposição à parte tecnológica do veículo que compete aos homens. O homem é mais pragmático, baseando a sua escolha em critérios técnicos e de funcionalidade. Em suma, encontramos, de novo, uma dicotomia de género entre design-feminino e tecnologia-masculino. Cada um dos cônjuges utiliza o seu automóvel, evitando-se trocas ou empréstimos de carros. O automóvel do marido é invariavelmente o escolhido para os passeios

³⁵ Adaptação livre e adequada ao contexto português da tipologia apresentada por Engel (1993: 174) no âmbito da investigação sobre as compras familiares e a tomada de decisão sobre as mesmas.

em família ao fim-de-semana, não só pelas suas características, mas também porque são sempre os homens que vão a conduzir nessas alturas.

Em termos de papéis conjugais nas decisões de compra,³⁶ encontramos:

Autónomas: as decisões que são tomadas individualmente por cada cônjuge (tabaco, artigos de higiene pessoal, livros, revistas e discos, idas ao dentista e ao cabeleireiro/barbeiro)

Domínio do marido: (bebidas alcoólicas, jornais, artigos tecnológicos, como o aparelho de televisão, a aparelhagem de som e o automóvel)

Domínio da mulher: (bebidas não alcoólicas, medicamentos de uso geral, roupa feminina, roupa de criança, trem de cozinha e artigos alimentares, sobretudo de mercearia e frescos)

Sincréticas, as decisões que são tomadas conjuntamente por ambos os cônjuges (lazer cultural, férias e casa).

A maioria dos casais faz as compras de hipermercado em conjunto, dividindo a lista pelos dois e organizando-se por áreas. A já referida relação diferencial com os objectos manifesta-se igualmente na forma como, no próprio espaço do hipermercado, os trajectos se definem a partir da divisão da lista de compras. À mulher cabe, invariavelmente, colocar no carrinho os produtos alimentares frescos, que implicam uma escolha criteriosa, como é o caso do peixe, da carne, dos legumes ou da fruta, pois será ela que, posteriormente, os irá também confeccionar. O homem fica assim com os enlatados, os farináceos e, igualmente, com os lacticínios e derivados.

O aprovisionamento de roupa para as crianças constitui um cuidado maternal. De igual forma, é raro o marido que se arrisca a comprar uma peça de vestuário para a mulher. A maioria das mulheres inquiridas tem a seu cargo também a preocupação de zelar pelo guarda-roupa do cônjuge, quer em termos de compra, da escolha diária do que irá vestir, quer inclusive de arrumar a mala de ambos os cônjuges quando partem de férias.

A casa, ou melhor, o lar assume uma maior importância simbólica e afectiva para o universo feminino. Para as mulheres a constituição da família parece estar fortemente associada à constituição de um património imobiliário, enquanto que os homens expressam uma recusa do estatuto de proprietário ou, pelo menos, um desejo de adiamento do processo de acesso à propriedade. A própria definição dos lugares das coisas, isto é, dos locais considerados adequados para os objectos adquiridos, remete quase sempre para uma competência – e maior preocupação – feminina. O alojamento e os múltiplos objectos que o compõem constituem, sobretudo para as mulheres, um espaço de investimento e de “ancoragem” da identidade pessoal e um modo de se revelarem a si próprias. Alguns objectos simbólicos têm um valor associativo e

³⁶ Adaptação livre de outra proposta de Engel (1993).

sentimental, funcionando inclusive como veículo de comunicação/mediação com o passado familiar incorporado (materialização da memória).

Em contrapartida, o carro pode ser considerado como um apartamento anexo, domínio dos homens, que representa, em termos genéricos, “um significado de muita posse individual”, “uma questão de defesa, de segurança e económica”.

No âmbito da territorialização das identidades de género, i.e. da materialização das fronteiras simbólicas dos espaços e dos objectos neles contidos, podemos salientar os eixos carro-exterior-masculino e alimentos-mobília-interior-feminino (dicotomia ou bipolaridade objectivada no consumo). A aquisição do automóvel continua a ser um apanágio masculino, ao mesmo tempo que se verifica uma feminização dos objectos pertencentes ao universo familiar do lar – mobiliário e utensílios domésticos.

A maioria dos homens entrevistados assume o papel de escolher e comprar os artigos de carácter mais tecnológico e não se satisfaz apenas em saber que os objectos têm uma função. As mulheres, pelo contrário, manifestam um puro desinteresse, uma falta de entusiasmo e inclusive uma resistência em aprender a funcionar de um modo aprofundado com o equipamento mais tecnológico, o que faz com que apenas desejem saber o básico, ou seja, como pô-los a funcionar. Em termos de aquisição, as mulheres limitam-se a “concorrar” ao invés de “sugerir” ou “escolher”.

Os objectos permitem ainda identificar as etapas de construção da conjugalidade e expressam a própria dinâmica do casal. Assim, a colectivização dos objectos individuais corresponde a um avanço em termos de dimensão fusional do casal. Encontramos assim a comunhão de objectos *versus* recusa de entrar em fusão com o outro. A progressão e instalação da conjugalidade pode ser analisada também através da acumulação de objectos. Em termos de configuração do mobiliário, existe a tendência para a ocupação progressiva do espaço e este aumento da densidade da presença do ambiente decorativo da residência corresponde à própria cronologia da célula familiar.

Outro dos aspectos é o da falta de disponibilidade e de tempo de ambos ou de, pelo menos, um dos cônjuges, na maioria dos casos a mulher. A dificuldade de conciliar a actividade profissional com a vida familiar traduz-se na complexificação da estrutura do tempo familiar e reduz a possibilidade de uma partilha de determinadas tarefas ou até mesmo de momentos de lazer.

Considerações finais

Relativamente ao modo como o poder é repartido, dividido ou trocado no casal, o tipo de interacções que se estabelecem entre os cônjuges e os valores que orientam essas interacções, foi possível detectar as seguintes situações:

Diferenciação – As mulheres continuam a assumir para si a exclusividade de organizar e dispor das decisões mais banais da existência familiar – que passam, em particular, pela elaboração da lista do supermercado, pela confecção das refeições, pela arrumação das malas quando se vai de férias ou, até mesmo, pela escolha da roupa que o marido irá vestir de manhã – porque o homem, embora por vezes ajude, tem outras preocupações, designadamente de carácter profissional. Tudo se passa como se fosse biologicamente natural a mulher ter uma maior capacidade para realizar determinadas tarefas,

nomeadamente em termos de cuidar e tomar conta da família, e por isso ser idealmente mais ajustada para as assumir. Ocorre uma espécie de divisão e especialização de funções e esferas de interesse entre os cônjuges que atribuem à mulher o domínio do doméstico, das sensibilidades e da estética, enquanto que o homem se encarrega da parte relacionada com a tecnologia.

Contradição – Não obstante a forte apologia do ideal de divisão e distribuição equitativa dos papéis domésticos, a defesa deste tipo de simetria ao nível do discurso não se traduz numa partilha efectiva das tarefas domésticas no quotidiano da relação conjugal, existindo uma contradição entre teoria e *praxis*. Enquanto que as tarefas masculinas são descontínuas, esporádicas e exteriores à casa, as tarefas femininas (associadas ao lar e à família) são obrigatórias, quotidianas e repetidas ao longo do dia, o que se traduz numa concorrência entre vida familiar e vida profissional (dupla jornada de trabalho). Recentemente, no âmbito da Rede Europeia de Pesquisa *Policies and Division of Unpaid Work*,³⁷ podemos encontrar resultados que se aproximam dos encontrados na nossa investigação. Assim, e ao nível da Europa em geral, a divisão do trabalho no casal apresenta os seguintes padrões em termos de alocação de tempo e energia: comparativamente aos homens, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo a cuidar das crianças e o triplo do tempo a realizar tarefas domésticas.

Emancipação ilusória – Apesar do envolvimento no mercado laboral ser muito semelhante para mulheres e homens, são as mulheres que desempenham a maior parte das tarefas do lar. Consoante a fase do ciclo de vida conjugal, e em particular a existência ou não de filhos, assim ocorrem redefinições de papéis e atribuições, designadamente uma especialização de tarefas associadas às crianças que recaem, quase sempre, nas mulheres-mães. O termo “ajuda” é ele próprio indicador de uma oposição entre responsabilização (feminina) e coadjuvação (masculina). Este cenário é sintetizado por Anália Torres e Miguel Cabrita³⁸ como uma “modernização não-emancipatória” das relações de género no trabalho.

O próprio consumo constitui uma área de objectivação da identidade de género dos cônjuges, sobretudo pela relação diferenciada que estes estabelecem com os diferentes bens e serviços, com tradução prática, inclusive, no plano da diferenciação de circuitos no interior dos próprios locais de compra. Foi assim possível determinar uma dicotomia objectivada nos próprios objectos consoante a identidade de género do cônjuge: exterioridade *versus* interioridade, instrumentalidade *versus* expressividade, social *versus* doméstico, público *versus* privado, pragmatismo *versus* estetização, funcionalidade *versus* aparência, tecnologia *versus* design.

Deparamos com a existência de variações significativas em termos de organização familiar, nomeadamente conjugal, que diferem de casal para casal segundo as diferentes fases de cada experiência de relacionamento conjunto, do grupo etário e do estatuto sociocultural. Uma questão importante é a

³⁷ Esta investigação foi realizada em sete países da Europa (Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda e Portugal), tendo a informação sido recolhida entre Maio de 1998 e Agosto de 2000.

³⁸ Investigadores que levaram a cabo a pesquisa em Portugal.

interferência do tempo de vivência conjugal nas fronteiras decisórias acerca da compra e uso dos objectos de consumo.

De igual modo, é possível circunscrever vários tipos de sistemas de organização dos recursos financeiros, consoante estes se baseiam numa lógica individualista ou colectivista, embora a maioria dos casais se situe num ponto intermédio entre estas duas concepções opostas.

Inclusive em termos de repartição das despesas domésticas, as mulheres ficam encarregadas de assegurar o pagamento da escola e roupa dos filhos, da alimentação diária, bem como da empregada doméstica, como se se tratasse de uma penalização pelo facto de exercerem uma actividade profissional. Em oposição, os rendimentos dos companheiros destinam-se a pagar despesas fixas como a renda ou amortização do empréstimo da casa e a prestação de bens de consumo duradouros como o carro, a televisão ou a aparelhagem de som.

A inclusão do cálculo racional em torno de uma compra ou de um projecto funciona em acções de média e grande dimensão, relativamente a “objectos” delimitados e específicos (como a compra de uma casa, de um carro ou uma viagem de grande envergadura). As decisões mais pequenas e comuns – as da vida de todos os dias – não merecem, na maioria dos casos, esforços desnecessários.

Por último, os resultados da nossa pesquisa parecem apontar no sentido do “protótipo salarial”, que Pina Cabral descreve como sendo a forma segundo a qual a relação entre a unidade social primária e a sociedade abrangente é concebida nos meios burgueses urbanos. Estamos perante um protótipo de organização social em que se presume que o rendimento, que cada cônjuge traz para casa de uma forma regular e repetitiva, é obtido através de actividades de produção extra-domésticas e que essencialmente se trata de um “salário”. A nossa amostra enfatiza esse lado salarial, na sua forma mais pura, pois mesmo quando não são assalariados os entrevistados concebem-se a si próprios como sendo.

Não queremos terminar sem salientar que o estudo é exploratório e que os resultados são forçosamente relativos – dada a reduzida dimensão da amostra – e não deverão ser tomados como valores absolutos e representativos da classe média lisboeta.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (1990a), “Famílias, Estudantes e Universidade – painéis de observação sociográfica”. In *Actas do I Congresso Português de Sociologia*. Vol. 1. Lisboa, Edições Fragmentos, 129-163.

Almeida, João Ferreira de (1990b), *Portugal – os próximos 20 anos: valores e representações sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cabral, João de Pina (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Engel, J., et al. (1993), *Consumer Behaviour*, Orlando, The Dryden Press.

Kaufmann, Jean-Claude (1989), *La vie ordinaire – voyage au cœur du quotidien*, Paris, Éditions Greco.

Kaufmann, Jean-Claude (1992), *La trame conjugale – analyse du couple par son linge*, Paris, Éditions Nathan.

Kaufmann, Jean-Claude (1997), *Le cœur à l'ouvrage – théorie de l'action ménagère*, Paris, Édition Nathan.

Pahl, Jan (1989), *Money and Marriage*, London, Macmillan.

Pahl, Jan (1990), “Household spending, personal spending and the control of money in marriage”. In *Sociology*, n. ° 24, 1: 119-138.